

A IMPORTÂNCIA DAS ÁREAS VERDES NA COMPOSIÇÃO DE LUGARES URBANOS QUALIFICADOS

Gabriel Secco Paz

Mestre em Engenharia Urbana pela Universidade Estadual de Maringá
gabrielsecco.arq@gmail.com

Igor José Botelho Valques

Doutor em Ciências da Arquitetura e Urbanismo e docente no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da Universidade Estadual de Maringá
ijbvalques@uem.br

Daiane Maria de Genaro Chirolí

Doutora em Engenharia de Produção e docente nos Programas de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da Universidade Estadual de Maringá e em Engenharia Ambiental da Universidade Tecnológica Federal do Paraná
daianechirolí@utfpr.edu.br

RESUMO: Este estudo investiga a importância das áreas verdes na qualificação dos espaços urbanos, analisando como esses espaços contribuem para a vitalidade, legibilidade e bem-estar dos usuários. O objetivo geral da pesquisa visa a compreensão da importância da distribuição das áreas verdes na composição morfológica urbana para tornarem os espaços urbanos qualificados. Para isso, fundamenta-se a pesquisa em uma ampla revisão da literatura sobre morfologia urbana e a evolução histórica do urbanismo, com destaque para movimentos como o Park Movement e o Conservation Movement. A presente pesquisa contribui para a produção científica e estrutural urbana, fornecendo dados correlatos entre a qualificação dos espaços urbanos, a morfologia das áreas verdes urbanas e a capacidade perceptiva e modificadora dos usuários. A pesquisa conclui que a qualificação do espaço urbano melhora a percepção dos usuários sobre a cidade, e que a inserção de áreas verdes é uma ferramenta eficaz para tal qualificação. No entanto, ressalta-se a necessidade de qualificar essas áreas verdes para garantir seu pleno uso e impacto positivo. A equidade na distribuição dos espaços urbanos e a justiça social são aspectos essenciais, promovendo o direito à cidade e consequentemente, melhorando a qualidade de vida dos usuários.

Palavras-chave: Áreas Verdes, Qualificação Urbana, Vitalidade Urbana, Planejamento Urbano, Justiça Social.

THE IMPORTANCE OF URBAN GREEN AREAS IN THE QUALIFIED URBAN PLACES COMPOSITION

ABSTRACT: This study investigates the importance of green areas in the qualification of urban spaces, analyzing how these spaces contribute to the vitality, legibility, and well-being of users. The overall aim of the research is to understand the importance of the distribution of green areas in the urban morphological composition to qualify urban spaces. To achieve this, the research is based on an extensive literature review on urban morphology and the historical evolution of urbanism, with an emphasis on movements such as the Park Movement and the Conservation Movement. This research contributes to scientific and structural urban production by providing correlated data between the qualification of urban spaces, the morphology of urban green areas, and the perceptive and modifying capacity of users. The research concludes that the qualification of urban space improves users' perception of the city, and the inclusion of green areas is an effective tool for such qualification. However, it is emphasized that these green areas must also be qualified to ensure their full use and positive impact. Equity in the distribution of urban spaces and social justice are essential aspects, promoting the right to the city and, consequently, improving the quality of life for users.

Keywords: Green Areas, Urban Qualification, Urban Vitality, Urban Planning, Social Justice.

1. INTRODUÇÃO

A produção das cidades tem sido debatida e tratada de forma bastante intensiva a partir de sua evolução como centro de desenvolvimento humano. A partir do momento em que o espaço rural dos municípios deixou de ser simples áreas de produção de alimentos e passou a ser um importante núcleo de produção e provisão para as áreas urbanizadas, as cidades e os centros urbanos puderam ter seu desenvolvimento acelerado. Porém, com a chegada dos estudos sobre planejamento urbano, principalmente com o urbanismo progressista, foi possível compreender a que custo houve o crescimento dos centros urbanos (CHOAY, 1992).

Novas ideias sobre como as cidades deveriam ser organizadas começaram a surgir à medida que mais pessoas se mudavam para áreas urbanas. Isso levou a um novo interesse em incorporar espaços verdes na estrutura urbana (SILVA; MIOTTO, 2021). Deste modo, objetos deste estudo, as áreas verdes das cidades foram motivos de discussão acerca de suas composições dentre os vários estudos sobre urbanismo (ANDRADE, 2012; CAMPOS et al., 2021; COLLINS et al., 2022; CUNHA et al., 2022; LEITE; AWAD, 2012; MARTINS JÚNIOR et al., 2021). Tais estudos mostram que além de garantir composições morfológicas urbanas de melhor qualidade, as áreas verdes atuam na melhora significativa do bem-estar dos usuários daquele local.

Este estudo, portanto, visa a compreensão da importância da distribuição das áreas verdes pela malha urbana para que se atinja níveis satisfatórios de qualificação urbana.

O presente estudo tem por objetivo a compreensão da importância da distribuição das áreas verdes na composição morfológica urbana para tornarem os espaços urbanos qualificados. Para tanto, a pesquisa foi conduzida a partir de abordagens metodológicas baseadas em pesquisas exploratórias e descritivas enfatizando os vieses que tratam de qualificação urbana. Contudo, destaca-se na pesquisa não apenas a abordagem do meio urbano como elemento inerte e impessoal, mas sim, a pessoalidade dos locais, buscando explicar tais alterações do meio urbano pela percepção dos usuários.

Desse modo, busca-se responder à seguinte questão: qual o impacto da inserção de áreas verdes no contexto urbano para que se aproxime de um espaço urbano devidamente qualificado?

2. REVISÃO DE LITERATURA

Esta seção do trabalho trata de explicar conceitos-chave da pesquisa. Antes de compreender se áreas verdes são responsáveis pela qualificação urbana, é preciso entender que o meio urbano pode ser qualificado de múltiplas formas e, de forma análoga, o aprimoramento derivado dessa qualificação deve respeitar algumas limitações espaciais. Assim, organiza-se esta seção.

2.1 QUALIFICAÇÃO DO MEIO URBANO

Tratar sobre qualidade do espaço urbano é como tentar definir em termos simples a complexidade da urbe. O espaço urbano encerrado em seu conceito mais generalista pode ser dividido teoricamente em duas vertentes: espaço e lugar. Lugar é uma caracterização do espaço para que se torne mais pessoal, dotado de sentido para quem o utiliza. É um termo mais complexo e pessoal que espaço (CABRERA-BARONA; MERSCHDORF, 2018; VALQUES, 2008). Qualificar um espaço urbano muitas vezes trata-se simplesmente de torná-lo um lugar.

Contudo, o sentido de lugar imputado a um espaço urbano deve-se a múltiplas variações pessoais tais como sociais, psicológicas, emocionais, espirituais, econômicas e bem-estar (CABRERA-BARONA; MERSCHDORF, 2018; NORBERG-SCHULZ, 2006; PALLASMAA, 2011; VALQUES, 2008). Estas concepções pessoais, por sua vez, determinam a qualidade de vida inerente àquela pessoa pertencente àquele lugar. É, portanto, possível afirmar que há uma relação direta entre a qualidade do espaço urbano e, consequentemente sua forma, e o benefício dado aos usuários daquele espaço (LYNCH, 2011, 2015).

A definição de qualidade espacial urbana sofreu alterações com a própria mudança de pensamentos e paradigmas do urbanismo. A produção das cidades e consequentemente da qualidade dessa produção tem sido incansavelmente debatida desde a evolução das cidades como centros de desenvolvimento humano (CHOAY, 1992; LYNCH, 2015). Partindo do recorte histórico iniciado a partir do advento do urbanismo progressista, a preocupação com a forma urbana tornou-se pauta entre os planejadores. Enquanto o progresso pelo progresso no modernismo defendia que a qualidade urbana deveria fazer referência somente aos usos do solo, novos pensamentos começavam a ser discutidos (CHOAY, 1992).

Novas ideias sobre como as cidades deveriam ser organizadas começaram a surgir à medida que mais pessoas sentiam o peso da falta de humanização dos espaços urbanos. O interesse por áreas mais livres, mais verdes e mais salubres no entremedio das cidades começava a ser incorporado em novos projetos urbanos (SILVA; MIOTTO, 2021). A qualidade do espaço já não tinha mais a ver simplesmente com a setorização mononuclear das cidades. Qualidade urbana era alcançada a partir da inserção de espaços de escape e de lazer nas cidades (CHOAY, 1992; SILVA; MIOTTO, 2021).

A luta pela democratização das áreas verdes urbanas levou à preocupação cada vez maior do que antes eram parques com função única de embelezamento do meio urbano. Exemplo disso, o chamado *Park Movement* iniciado nos Estados Unidos pode ter sido um importante marco para a transformação e evolução do conceito de qualidade urbana (ANDRADE, 2012; CHOAY, 1992). Além disso, outro movimento de cunho progressista para este fim, o *Conservation Movement*, que ganhou força nos Estados Unidos entre o final do século XIX e o início do século XX, descreveu um importante marco na história da evolução do planejamento urbano. Firmando suas raízes nas consequências drásticas do crescimento desordenado de áreas impermeabilizadas, este movimento buscou a preservação intensa de áreas livres nas cidades (TAYLOR, 2016).

As premissas criadas a partir destes movimentos sugeriram as bases para o pensamento mais atual sobre salubridade e qualidade do ambiente urbano: o desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento mais humanizado, menos agressivo e muito mais consciente tem relação com a evolução natural da Carta de Atenas, criada em 1933 e atualizada em 1998 sobre a produção e qualificação urbana (ANDRADE, 2012; DANTAS, 2003; KANASHIRO, 2004). Baseando-se no que os autores citados versam sobre o assunto, é possível compreender que o rompimento com os padrões e o questionamento do que é ou não bom e funcional, são fatores que promovem a qualificação urbana.

Entretanto, a produção das cidades com áreas verdes, livres e de lazer não é a única característica que define a qualidade urbana. Outras concepções como por exemplo a distribuição social e equitativa dos espaços urbanos também promove qualidade espacial (CABRERA-BARONA; MERSCHDORF, 2018; LEFEBVRE, 2000; NAHAS, 2004). A dimensão social da cidade bem como a equidade dos espaços e a justiça social trabalham de forma conjunta como indutores ao direito à cidade (CABRERA-BARONA; MERSCHDORF, 2018). Lefebvre (2000) defende que os “tipos de espaço” sejam eles abstratos ou físicos, quando qualificados, devem exprimir equidade apesar da imensa carga relativística que carregam consigo.

Por outro lado, Campos (et al, 2021) defendem que a qualificação espacial urbana pode derivar de uma série de indicadores que fornecem dados contextuais relacionados com diversas dimensões físicas, sociais e públicas. Os autores ainda complementam defendendo a ideia de que estes indicadores, a saber, IBEU (Índice de Bem-Estar Urbano), IQVU (Índice de Qualidade de vida Urbana) (e variantes), IQV (Índice de Qualidade de Vida) e IBEAV (Índice de Bem-Estar em Áreas Verdes), são compostos de descritores situacionais (mobilidade e acessibilidade, condições ambientais urbanas, condições habitacionais urbanas, serviços coletivos e infraestrutura urbana) que corroboram com a ideia de qualificação do espaço urbano (CAMPOS et al., 2021). Equiparadamente, Canter (1996) estabelece descritores da qualidade espacial para a obtenção da qualidade de vida. Definidos como descritores, os parâmetros avaliados pelo autor descrevem através de valores a qualidade inerente ao local (CANTER, 1996; VALQUES, 2008). Tais atributos se assemelham ao que é descrito pelos índices citados.

Diante do exposto, pode-se estabelecer que a qualidade do espaço urbano não deve ser definida apenas por um ou outro elemento isoladamente. Como bem cita Lynch (2011), toda qualidade urbana advém de uma construção complexa e intrincada de elementos físicos,

sociais, governamentais, ambientais e talvez até pessoais, ainda que este último seja menos proeminente. Dessa forma, é seguro afirmar que a definição precisa e assertiva da qualidade urbana de um local depende diretamente de como esse local se relaciona com seus usuários. Contudo, por mais que os atributos descritos promovam uma reflexão verdadeiramente aprofundada sobre cada descritor, é possível elencar elementos de atribuições físicas do espaço que têm a capacidade inerente de promover a qualificação dos espaços.

O mundo tridimensional que cerca a todos é desenvolvido, ainda que inconscientemente, sob a ótica da estética de seus elementos constituintes (WAGNER, 2023). Cidades inteiras foram e continuam sendo abarcadas com as percepções formais de quem as projeta (CHOAY, 1992). A partir dos dados expostos é possível dizer que os elementos promotores da qualidade urbana não se traduzem apenas a níveis sociais, culturais e pessoais dos lugares. Esses elementos, na realidade, dizem muito sobre a forma como é criada a morfologia do lugar.

Espaços urbanos, podem ser qualificados por meio da racionalidade e da lógica aplicada a seus elementos constituintes. Pensar a cidade pela ótica da pessoa que a utilizará trará respostas sobre como os ambientes devem ser conduzidos morfologicamente (GEHL, 2013). Dessa mesma forma, pensar em lugares urbanos dotados de sentido, seja pela promoção da caminhabilidade, seja pela promoção da boa habitabilidade (do inglês, *Livability*), ou então, seja simplesmente pela quebra da monotonia dos espaços, garante que se tenha espaços cada vez melhores e cada vez mais adaptados às necessidades humanas (GEHL, 2013; KASHEF, 2016; LYNCH, 2011; VAN KAMP et al., 2003).

Em um outro viés, entrando no mérito exclusivamente formal dos espaços urbanos, Lynch (2011) defende a legibilidade (e consequentemente, a qualidade urbanística) pela não-monotonia dos espaços urbanos. Baseando-se na composição visual do lugar, Cullen (2008) trata da verificação desses espaços por vieses sensoriais, principalmente no que tange a visão. De encontro, Tuan (1980) e Cisotto (2013) defendem o encontro imagético, sensorial e emocional com o lugar qualificado sobretudo pelas interações visuais, característica descrita por “Topofilia” (BACHELARD, 2008; CISOTTO, 2013; TUAN, 1980). Ora, se todo este arcabouço teórico trata da sensorialidade como resposta ao ambiente, Lamas (2010) está correto ao afirmar que os elementos qualificadores do espaço são (além de tudo) elementos visuais com aplicações morfológicas.

A estruturação da morfologia urbana, em uma analogia possível, se deve ao mesmo fato de as palavras construírem um texto. As costuras feitas em meio às palavras devem ser

coerentes a formarem uma frase. A junção das frases deve culminar em um texto coeso e organizado. Assim forma-se uma cidade, obedecendo ao solo (e com ele, toda sua divisão – setorização), ao edifício (como elemento mínimo estruturador), ao lote (como parcela fundiária), à quadra, à rua, à praça, ao monumento e, por fim, ao mobiliário urbano (LAMAS, 2010). Toda essa construção, de certa forma, poética, ordenada e racionalizada garantem a construção morfológica de qualidade.

É possível considerar, por consequência, que a qualidade do espaço urbano é também fruto da concepção da ideologia verde nas cidades. Como citado anteriormente, os movimentos de adesão à estrutura verde tornaram-se grandes influenciadores na construção e evolução das cidades (ANDRADE, 2012; CHOAY, 1992; TAYLOR, 2016). Neste sentido, os componentes do que é chamado de Sistema de Áreas Verdes tornam-se veículos para a criação dessa qualidade ambiental.

Parques urbanos, praças, e áreas livres são defendidas como garantidoras de salubridade das cidades bem como formas de promover a manutenção do bem-estar e da saúde dos usuários (ANDRADE, 2012; CAMPOS et al., 2021; COLLINS et al., 2022; CUNHA et al., 2022). De forma similar, a cobertura vegetal das áreas livres urbanas também é promotora de qualidade ambiental. Entretanto, a forma como essas massas são distribuídas e a relação básica entre vegetação e áreas livres urbanas deve ser levada em consideração para melhor qualificação (MARTINS JÚNIOR et al., 2021). Além disso, componentes menos proeminentes da paisagem urbana, como por exemplo, canteiros, recuos, faixas permeáveis e floreiras podem também compreender o melhoramento da qualidade local.

É inegável, portanto, que tratar da qualidade do ambiente urbano é uma tarefa de síntese de todas as possíveis características que formam a morfologia do local ao mesmo tempo que existe a necessidade de se compreender a totalidade e a complexidade de todo o organismo urbano. Entretanto, o entendimento global de técnicas de modificação urbana, quando utilizado de forma racional, garante aos usuários o bem-estar social e sucessivamente, promove a qualidade de vida àquele local.

2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE PAISAGEM URBANA

A ideia de Paisagem Urbana deve ser definida a partir de algumas concepções próprias de quem a estuda. O termo, inicialmente utilizado por Gordon Cullen na década de 60,

traz informações essenciais às análises urbanas contemporâneas (LOPES; ROCHA, 2020). Pela própria descrição de Cullen, o conceito suscita a compreensão da cidade baseando-se na interpretação de partes dela (CULLEN, 2008).

Algumas definições convergentes para a concepção de Paisagem Urbana tratam de defini-la como o ordenamento visual de elementos que, quando juntos, dinamizam-se e possibilitam a criação de análises da paisagem a partir de conceitos estético-formais (ADAM, 2008; VALQUES, 2016); ou como a experiência visual coerente e organizada criada a partir de um emaranhado de edifícios, bem como outros elementos da composição urbana (CULLEN, 2008; LOPES; ROCHA, 2020); ou ainda, em complemento, como o ato de organizar as informações visuais urbanas intrincadas, constituindo-se de ruas, prédios, pessoas, história e sensações na qual as próprias estruturas da paisagem fazem a vez de elemento organizador (ADAM, 2008).

A partir desses dados, nota-se, uma predominância em descrições voltadas ao ordenamento visual dos elementos constituintes da paisagem urbana. Entretanto, não se justifica apenas à ideia de categorização e ranqueamento dos objetos que compõem a paisagem (CULLEN, 2008), uma vez que os impactos dessa verificação implicam em experiências de ordem emocional em seus usuários (LOPES; ROCHA, 2020). Neste sentido, é notório que se o estudo da paisagem urbana provoca emoções nos usuários (baseado nas ideias de cognição emocional), independentemente da vontade dos planejadores é, portanto, imprescindível que se conheça a forma como isso ocorre (CULLEN, 2008).

O sucesso da aplicação da ideia de melhoramento da Paisagem Urbana está diretamente ligado à compreensão de que a avaliação de um espaço urbano também considera suas características estéticas (VALQUES, 2008; WAGNER, 2023). Isso ocorre porque, ao promover sensações, todos os elementos que contribuem para organizar e criar conexões cílicas entre a pessoa e o espaço também ajudam a perceber a imagem geral da paisagem pelo próprio usuário. É fundamental destacar que a impressão que esta pessoa tem do espaço que utiliza é sempre importante no conceito de Paisagem Urbana (BONAMETTI, 2004).

Além disso, o conceito é versátil no âmbito da coleta de dados por exprimir facilmente informações relevantes à promoção da relação entre o ser humano e o ambiente. E alguns podem ser os motivos: a) facilidade na identificação de elementos ordenadores e de princípios da ordenação; b) rapidez na compreensão das imagens dos locais, bem como a intrínseca atração entre sujeito e ambiente; e c) suporte à elaboração de uma linguagem única para a sintetização de vários elementos componentes da paisagem (ADAM, 2008).

O termo Paisagem Urbana aplica-se, portanto, em qualquer análise visual do espaço onde se busca a compreensão geral do lugar e, de forma análoga, a causalidade entre efeitos e modificações do ambiente no ser humano. A Paisagem Urbana é mutável, viva (BONAMETTI, 2004), carrega consigo a carga histórica e circunstancial e pode, inclusive, ser alterada por isso (VALQUES, 2016).

Paisagens urbanas por fim, não tem limites, não tem aspecto padrão, não tem forma definida, não encerra em uma característica qualquer. Paisagens urbanas são tudo o que pode ser confeccionado a partir dos componentes da cidade, caracterizada por pessoas, histórias, edifícios, ruas, vegetação, interesses, sensações e pensamento. É o ordenamento daquilo que surge do caos. É, principalmente, o reflexo das interações intrínsecas entre o ser humano e o ambiente em que está inserido (ADAM, 2008; BONAMETTI, 2004; CULLEN, 2008).

Portanto, se Paisagem Urbana é definida como os reflexos da interação entre homem e ambiente, quais são as consequências dessa interação? E, para além, como os usuários dessa paisagem a compreendem? Tais questionamentos são relevantes para buscar a resposta de como aprimorar tal paisagem urbana.

A respostas às perguntas formuladas se encontram inicialmente na definição precisa do que é percepção no âmbito da Paisagem Urbana. É notório que a percepção não é formalizada apenas pela concepção da ideia do lugar urbano. Na contramão, percepção é embasada na bagagem cultural, pessoal, sentimental e emocional da pessoa em relação ao ambiente que está inserida (BONAMETTI, 2004; VALQUES, 2016). Desta forma, é possível compreender que a percepção dos espaços pode variar e, em outros casos, até evoluir de acordo com a transformação da sociedade e da cultura (BONAMETTI, 2004).

Perceber o ambiente pode promover nos usuários novos ideários sobre o local, sejam bons ou ruins, e, como consequência, alterar a imagem individual do todo. Em complemento, a criação de lugares urbanos dotados de essência e vitalidade, é defendida como promotora de formulações ideológicas positivas pelos usuários em relação ao ambiente urbano (KOHLSDORF, 1996; LAMAS, 2010; LYNCH, 2015; VALQUES, 2016). Ainda dentro dessa perspectiva, é defendido que o usuário do espaço se contenta ao desfrutar do ambiente físico ao qual pertence (RYBCZYNSKI, 1996), justificando-se pela necessidade de que o usuário seja o ponto focal de toda e qualquer alteração ambiental.

Lynch, por exemplo, defende que para a cidade se organizar em sua “boa forma”, ela deve acompanhar os seus usuários nas atividades corriqueiras. Esta cidade, portanto, deve

pertencer à estrutura biológica do usuário, apoiando seus ritmos naturais. O pertencimento do usuário com a cidade se fortalece ao não o privar dos estímulos que o fazem estar ali (LYNCH, 2011). Logo, nota-se a relação multidimensional entre usuário e espaço. Tal relação eleva a ideia de percepção espacial à categoria de estudo multidisciplinar, sendo abordada por exemplo, por disciplinas ligadas à psicologia (MOSER, 2005).

Neste sentido, a relação entre lugar e o usuário parte do que se conhece por Psicologia Ambiental. Essa relação bidirecional e, de certa forma, psicofisiológica, cria relações cíclicas de interdependência entre o usuário e o mundo ao seu redor (DE CARVALHO, 1993; RUSSELL; WARD, 1982). As causas das principais alterações no ambiente derivam da percepção advinda das pessoas que o utilizam. Por sua vez, tais alterações criam novas percepções nos usuários que interagem com o espaço de maneira diferente (DE CARVALHO, 1993). A geração contínua de estímulos sensoriais pelo ambiente é um indutor do que pode definir a apreensão da cidade pelo usuário.

Cidades podem ser comparadas à livros: elas são lidas e interpretadas da forma como o usuário a enxerga (GEHL, 2013). Dessa forma, abordar a cidade como palco das relações transacionais entre homem e ambiente é enxergá-la como parte de cada pessoa que participa ativamente de sua construção. É fazer não somente lugares belos e aprazíveis, mas construir uma percepção complexa baseada na diversidade formal dos espaços, na medida do possível (LYNCH, 2011).

A percepção de um local urbano é seguida pela apreensão total da imagem da cidade embasando-se no que é chamado de atenção visual. Essa atenção é um instrumento intermediário pelo qual a concepção de um objeto se baseia para torná-lo coerente àquela realidade (ROSSINI; GALERA, 2006). É possível, por exemplo, observar uma sequência de imagens em sucessão e criar, a partir dessa percepção, a ideia geral de um espaço urbano (CULLEN, 2008). Essa visão simplista pode tornar o entendimento deste estudo menos complexo. Porém, há de se observar que a tentativa de decifrar a compreensão de um usuário em relação a um espaço, deve ser um estudo holístico, avaliando o comportamento, o tempo de permanência, a história do local, a vivência cultural do usuário entre outros fatores subjetivos, como explorado por Valques (2008).

Os sentidos participam ativamente da percepção e da apreensão da forma da cidade. Visão, audição, tato, olfato e paladar são os veículos responsáveis por tornarem a percepção dos lugares tão proeminente. Entretanto, há a certa concordância de que a visão é o sentido que mais torna as sensações presentes. Muitas vezes, ela é comparada ao ato de pensar

(PALLASMAA, 2011; TUAN, 1980). Não à toa, é tida como o sentido mais consciente dentre os cinco (TUAN, 1980). A afirmação de Tuan sobre a visão corrobora com a ideia de que o ambiente urbano deve proporcionar complexidade suficiente para distanciar-se da monotonia. Deve-se obter espaços que promovam visualmente estímulos, mas que estes sejam respostas agradáveis (LYNCH, 2011; TUAN, 1980).

A apreensão da cidade como um todo é, basicamente um julgamento feito a partir de uma colcha de retalhos de percepções distintas. No que tange a paisagem urbana, a apreensão desponta como a leitura dessa paisagem de acordo com quem a vê (CULLEN, 2008; VALQUES, 2008, 2016). É por meio da percepção e, posteriormente pela apreensão que é possível compreender o porquê de algo edificado chamar a atenção e despertar memórias afetivas. A criação de memórias está relacionada à vivência com o lugar; à transformação do espaço frio e impessoal em lugar afetivo. É a criação de laços cada vez mais fortes com o ambiente, fazendo com que as imperfeições sejam subjugadas e mantidas apenas a boa memória (LYNCH, 2011; NORBERG-SCHULZ, 2006; PALLASMAA, 2011; VALQUES, 2008).

De forma análoga, a alteração no ambiente da cidade cria construtos possíveis para uma alteração comportamental dos usuários, reforçando novamente, a relação contínua entre homem e ambiente. A exemplo, a promoção da caminhabilidade, bem como a inserção de novos modais de transporte, criam por si só novas perspectivas do ambiente citadino, alteram a forma como a paisagem é percebida e consequentemente, aprimoram a vivência, o pertencimento e, principalmente, a imagem final da cidade por seus usuários (GEHL, 2013).

Em resumo, a imagem que se cria da cidade é a junção resultante de uma ação fragmentária de elementos móveis, imóveis, fixos, temporais, mas que geram certa sinestesia em cada usuário daquele lugar. A imagem final da cidade que se cria relaciona-se, portanto, com toda a percepção advinda de diversas fontes e filtradas por diversas lentes subjetivas do usuário (ADAM, 2008; CULLEN, 2008; LOPES; ROCHA, 2020; LYNCH, 2011). Desse forma, a percepção, a apreensão e a criação do imaginário da cidade geram, por consequência, sensações distintas no usuário que então, volta a promover a mudança no ambiente (DE CARVALHO, 1993; RUSSELL; WARD, 1982). Assim, novas concepções são formadas sobre a mesma cidade, verificando a premissa de que alterações visuais de ordenamento espacial são fontes especiais de melhoria das cidades (VALQUES, 2008, 2016).

3 DISCUSSÃO

A partir do exposto, esta seção trata da discussão dos temas relacionados com a qualificação urbana por meio da inserção de áreas verdes urbanas.

É compreensível que a qualificação de áreas urbanas não se restringe apenas às características físicas ou apenas às características sociais do lugar. Entretanto, é possível afirmar, também, que a adoção de áreas verdes em locais de urbanização intensa pode aprimorar a morfologia local, fazendo com que haja uma melhora na percepção do local por seus ocupantes. Mas o que define a qualidade espacial urbana? Seria a morfologia do traçado urbano? Seria talvez a quantidade de áreas verdes? Seria a escala das edificações?

A lógica adotada para este resultado reside no fato de que áreas verdes dotadas de qualificação, como é o caso de praças e parques públicos, garantem vitalidade urbana, trazendo espaços de “respiro” geralmente em meio ao caos urbano. De forma similar, garantem tal vitalidade pela adoção desses espaços como sendo lugares contemplativos e até de salubridade para a cidade, fazendo com que as pessoas se apropriem dos espaços cada vez mais. Espaços verdes públicos se tornam espaços garantidores de saúde e bem-estar para as pessoas a partir do momento que são refúgios visuais e físicos à estas pessoas (COLLINS et al., 2022; CUNHA et al., 2022).

Contudo, é preciso compreender que as áreas verdes sem qualificação, e consequentemente sem uso devido, não garantem qualidade por si só. Na realidade, trazem contradições aos benefícios citados. Espaços verdes urbanos devem ser qualificados, seja por seu uso, seja por sua estética ou por sua caracterização visual. Neste sentido, são importantes ao planejamento urbano áreas verdes públicas, como praças e parques, jardins públicos, canteiros centrais em sistema viário, faixas permeáveis em passeios públicos e quaisquer outros elementos componentes da estrutura verde de uma cidade (MARTINS JÚNIOR et al., 2021).

É importante estabelecer que a adoção de áreas verdes simplesmente por estarem ali não é garantidora de qualidade urbana. Entretanto, quanto maior a taxa de permeabilidade do local e, consequentemente, de áreas verdes urbanas, melhor será a qualificação deste local. Em complemento, quando melhor for a qualificação destes lugares urbanos, melhor ainda será a percepção da cidade pelos seus usuários. Lugares urbanos qualificados tendem, por consequência, a ser indutores de melhores condições de vida na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a cidade como ambiente de interação social exige que se tenha o cuidado de qualificar todos os elementos e ordená-los por sua essência para que se possa exprimir o melhor da cidade para seus ocupantes. Entretanto, a tarefa atribuída ao planejador de pensar a cidade pela ótica do usuário não é algo tão intuitivo e simples de ser feito. Neste caso, diretrizes que auxiliem o planejador em suas decisões são bem-vindas.

Centro deste estudo, as áreas verdes urbanas (ou por vezes chamadas de áreas livres urbanas) são uma das diretrizes possíveis para tornar o espaço urbano qualificado para seus usuários. Pensar em como as pessoas se utilizarão do espaço disponível ou então, criar soluções para que tais espaços sejam utilizados, faz parte do pensamento sustentável urbano. Ora, sustentabilidade não diz respeito apenas à estrutura verde de uma cidade, mas sim, engloba uma visão holística de todos os elementos que se podem ter caracterizados na cidade.

Por fim, é preciso que haja a compreensão pelos planejadores que é preciso pensar o espaço urbano para sua utilização. Usar de ferramentas como a adoção de áreas verdes urbanas pode ser um ótimo potencial de qualificação urbana. Mas essa ação exige um pensamento global de tudo o que envolve a percepção da cidade pela ótica de seus usuários. É inegável o benefício das áreas verdes urbanas, mas da mesma forma, é inegável também que elas precisam ser aglutinadas pela malha urbana e realmente fazer parte do organismo vivo que é a cidade.

REFERÊNCIAS

- ADAM, R. S. ANALISANDO O CONCEITO DE PAISAGEM URBANA DE GORDON CULLEN. *Revista Da Vinci*, v. 5, n. 1, p. 61–68, 2008.
- ANDRADE, I. E.-J. A idealização do espaço verde urbano moderno. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, v. 17, n. 20, p. 101–117, 3 maio 2012.
- BACHELARD, G. *A poética do espaço*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes - selo Martins, 2008.
- BONAMETTI, J. H. PAISAGEM URBANA BASES CONCEITUAIS E HISTÓRICAS. *Terra e Cultura*, v. Ano XX, n. 38, p. 107–123, 2004.
- CABRERA-BARONA, P.; MERSCHDORF, H. A Conceptual Urban Quality Space-Place Framework: Linking Geo-Information and Quality of Life. *Urban Science*, v. 2, n. 3, p. 73, 23 ago. 2018.

- CAMPOS, J. C. B. et al. Proposta de avaliação da qualidade de vida e do bem-estar em áreas verdes urbanas. **Ambiente Construído**, v. 21, n. 3, p. 97–115, set. 2021.
- CANTER, L. W. **Environmental Impact Assessment**. Boston: Irwin MacGraw-Hill, 1996.
- CHOAY, F. **O urbanismo**. 3^a ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- CISOTTO, M. F. Sobre Topofilia, de Yi-Fu Tuan. **Geograficidade: notas e resenhas**, v. 3, n. 2, p. 94–97, 2013.
- COLLINS, C. et al. Urban green space interaction and wellbeing – investigating the experience of international students in Berlin during the first COVID-19 lockdown. **Urban Forestry and Urban Greening**, v. 70, 1 abr. 2022.
- CULLEN, G. **Paisagem Urbana**. 1^a ed. Lisboa: Edições 70, 2008.
- CUNHA, A. A. et al. A conexão com a natureza em parques urbanos brasileiros e sua contribuição para o bem-estar da população e para o desenvolvimento infantil. **Sociedade & Natureza**, v. 34, n. 1, 4 nov. 2022.
- DANTAS, M. G. **Planejamento Urbano & Zoning: flexibilidade do o modelo de zoning para a competitividade das cidades**. João Pessoa: UFPB, 2003.
- DE CARVALHO, M. I. C. **PSICOLOGIA AMBIENTAL - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES. Psic.: Teor. e Pesq.**, v. 9, n. 2, p. 435–447, 1993.
- GEHL, J. **Cidade para Pessoas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- KANASHIRO, M. Da antiga à nova Carta de Atenas – em busca de um paradigma espacial de sustentabilidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 9, p. 33–37, 2004.
- KASHEF, M. Urban livability across disciplinary and professional boundaries. **Frontiers of Architectural Research**, v. 5, n. 2, p. 239–253, jun. 2016.
- KOHLSDORF, M. E. **A Apreensão da Forma da Cidade**. 1. ed. Brasília: UNB - Fund. Univ. de Brasília, 1996.
- LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. 3^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.
- LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. 1. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000. v. 1
- LEITE, C.; AWAD, J. DI C. M. **Cidades Sustentáveis, Cidades Inteligentes: Desenvolvimento Sustentável num Planeta Urbano**. Porto Alegre: Bookman, 2012.
- LOPES, R.; ROCHA, J. **Paisagem urbana de Gordon Cullen: uma leitura atualizada em Niterói-RJ**. XII SIIU - Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo. **Anais...Universitat Politècnica de Catalunya**, 8 set. 2020.
- LYNCH, K. **A Imagem da Cidade**. 3^a ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- LYNCH, K. **A Boa Forma da Cidade**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2015.
- MARTINS JÚNIOR, A. C. DE O. et al. Análise da distribuição da cobertura vegetal de Áreas Verdes Públicas em Governador Valadares, Minas Gerais, Brasil. **Sociedade & Natureza**, v. 33, 10 mar. 2021.
- MOSER, G. Psicología Ambiental e estudios personas-ambiente: que tipo de colaboración multidisciplinar? **Psicología USP**, v. 16, n. 1–2, p. 131–140, 2005.

- NAHAS, M. I. P. **Indicadores Sociais como Instrumentos para a formulação de políticas públicas e monitoramento da qualidade de vida urbana nas cidades brasileiras.** Cadernos Mcidades 8BrasíliaMinistério das Cidades, , 2004.
- NORBERG-SCHULZ, C. O fenômeno do lugar. Em: **Uma nova agenda para a Arquitetura.** São Paulo: Cosac Naify, 2006. p. 443–461.
- PALLASMAA, J. **Os Olhos da Pele: A arquitetura e os sentidos.** Porto Alegre: Bookman, 2011.
- ROSSINI, J. C.; GALERA, C. Atenção visual: estudos comportamentais da seleção baseada no espaço e no objeto. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 11, n. 1, p. 79–86, abr. 2006.
- RUSSELL, J. A.; WARD, L. M. ENVIRONMENTAL PSYCHOLOGY. **Annu. Rev. Psychol.** , v. 33, p. 651–689, 1982.
- RYBCZYNSKI, W. **Casa: pequena história de uma ideia.** 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- SILVA, R. V. B.; MIOTTO, J. L. **Aumento exponencial do espaço urbano por uma crescente intervenção da sustentabilidade.** 20 dez. 2021.
- TAYLOR, D. E. **The Rise of the American Conservation Movement: Power, Privilege and Environmental Protection.** [s.l.] Duke University Press, 2016.
- TUAN, Y.-F. **Topofilia - Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente.** São Paulo: Difel, 1980.
- VALQUES, I. J. B. **ÍNDICE DE DESEMPENHO PARA A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL DE LUGARES URBANOS.** Dissertação—Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2008.
- VALQUES, I. J. B. **AVALIAÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL ACÚSTICA URBANA: PARAMETRIZAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS QUE INFLUENCIAM A PERCEPÇÃO DA PAISAGEM SONORA, ATRAVÉS DA ANÁLISE MULTIVARIADA, NO CAMPUS SEDE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ.** Tese—São Carlos: Universidade de São Paulo, 2016.
- VAN KAMP, I. et al. Urban environmental quality and human well-being: Towards a conceptual framework and demarcation of concepts; a literature study. **Landscape and Urban Planning**, v. 65, p. 5–18, 2003.
- WAGNER, C. Estética Ambiental, Artes e Espaços Públicos. **Art&Sensorium**, v. 10, n. 01, p. 188–198, 23 jun. 2023.